

Arquives

232



O camponês

ORGÃO DOS CAMPONESES DE PORTUGAL

UM PEQUENO AGRICULTOR FALA A «O CAMPONÊS»

—Disseram-me que queria falar comigo.
 —É verdade, gostaríamos muito que nos esclarecesse algumas questões que dizem respeito à vossa actividade. Pensamos que teria interesse para «O Camponês» divulgar alguns dos problemas que mais atigem os agricultores da sua região.
 —Bem, então pergunte lá.
 —Quase basta uma só pergunta. Qual é a situação actual do pequeno agricultor?
 —É uma situação bem triste. Em Torres, Bombarral, Alentejo, por toda a região, a situação é a mesma. Nem gosto de falar nela mas é bem necessário que toda a gente a conheça.

ALARGUEMOS E REFORCEMOS A NOSSA LUTA POR UM CONTRATO COLECTIVO DE TRABALHO

Já hoje, por muitas terras do Alentejo, se fala abertamente na importância da conquista dum contrato colectivo de trabalho para o operariado agrícola.

Esse contrato deveria obrigar os agrários e as autoridades a darem-nos trabalho durante todo o ano. Para isso bastaria que fossem limpas e cultivadas muitas propriedades que estão abandonadas; bastaria que se fizessem mais trabalhos que tão necessários são nas nossas aldeias e vilas, bastaria, no fim de contas, que aqueles que mandam compreendessem que o que ganhamos de jorna não chega para o dia a dia quanto mais para os dias em que estamos parados.

A primeira grande conquista que conseguiríamos com o contrato colectivo que desejamos, seria acabar com o desemprego que tanto mal nos causa.

Em seguida esse contrato deveria colocar uma jorna mínima que seria aplicável aos trabalhos mais simples e sem qualificação. Por todo o lado se diz que essa jorna mínima não pode ser melhor que 30\$00 para os homens e 20\$00 para as mulheres.

Na verdade, o que é, nos dias de hoje, menos que 30\$00? Isto não significa, porém, que todos os trabalhos tivessem de ser pagos por esta mesma jorna. Esta jorna de 30\$00 seria um limite abaixo do qual não se poderia descer. Mas podia-se subir sempre que os trabalhos fossem mais duros, mais qualificados ou em outras circunstâncias; Aliás a jorna mínima, que teria de ser garantida todo o ano, pode variar de região para região consoante os hábitos de cada uma.

Igualmente em muitos lados os operários agrícolas desejam que esse contrato colectivo estipule o horário de trabalho das oito horas.

Mas a conquista do contrato colectivo não vai ser fácil. Para o conseguir é necessário, para já, conduzir uma luta em duas frentes.

1- Unir fortemente os operários agrícolas através de amplas reuniões e discussão dos problemas, através da formação de Comissões que contactem com as Comissões de outras terras, tudo de forma a

CONSTITUIR UM PODEROSO MOVIMENTO ORGANIZADO DO OPERARIADO AGRÍCOLA.

Para levar por diante esta primeira condição é necessário divulgar os exemplos das reuniões já efectuadas e das discussões aí travadas, é necessário vencer a resistência dos que acham que as mulheres não devem lutar, é necessário «romper» com a organização para as terras onde se está mais atrasado. Tudo isto dará muito que fazer e será necessária muita paciência e persistência mas nada se

faz sem isso e os passos que se deram não são mais do que o produto do trabalho já feito.

2- LUTAR CONSTANTEMENTE POR TRABALHO, POR MELHORES JORNAS E POR UM HORÁRIO E CONDIÇÕES DE TRABALHO MAIS HUMANOS.

É muito importante a primeira condição, isto é, a unidade e a organização dos operários agrícolas, tal como é preciso a foice para ceifar. Mas se nada se fizer com a foice, para que serve ela? Se das reuniões que fizermos e das Comissões que organizarmos nada resultar para que servem elas?

Nas reuniões de trabalhadores temos de discutir os trabalhos que há a fazer, temos de combinar as jornas a pedir, ou temos de combinar como actuar contra o desemprego.

Continuam os trabalhos do arroz, do tratamento das vinhas, da tiragem da cortiça, das limpezas das árvores, das carvoarias, etc.. Dentro de pouco tempo começam as debulhas e depois as vindimas, etc.. Ora a unidade e organização do operariado agrícola medem-se pela acção de que ele é capaz, me-

dem-se pelo valor das jornas que conquistam nesses trabalhos ou por outras conquistas que consigam.

Para lutar por melhores jornas é importante que nos concentremos nas praças de jorna e firmemente defendamos aí a jorna combinada.

Mas em muitos lados vai haver é falta de trabalho. Temos que nos preparar para nos dirigirmos às Casas do Povo e para fazermos grandes concentrações, de todo um concelho, junto das Câmaras Municipais, para lutarmos decididamente contra a fome.

PRECISAMOS DE TRABALHO E DUMA JORNA QUE NÃO SEJA DE MISÉRIA. SERÁ A NOSSA ORGANIZAÇÃO E A NOSSA ACÇÃO QUE PREPARARÃO AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA CONQUISTARMOS UM CONTRATO COLECTIVO DE TRABALHO PARA O OPERARIADO AGRÍCOLA.

Nos muros, nas estradas, nas paredes, nas traseiras das camionetes, escreve, Fora Salazar!

AS LUTAS DOS CEIFEIROS

Pelas fúctias que podemos colher sobre as ceifas, verifica-se mais uma vez, que onde os ceifeiros se reuniram, combinaram a jorna a pedir e lutaram decididamente por ela, foi possível melhorar o pagamento do trabalho.

Embora nos faltem ainda informações de muitos lados, podemos já afirmar que em virtude da sua unidade e da sua acção, os ceifeiros de

MONTEMOR-O-NOVO conquistaram, logo na primeira semana, 35 e 40\$00. Na segunda semana fez-se uma concentração de mais de 500 trabalhadores na Praça de Jornas e conquistaram 40 e 45\$00. As mulheres ganhavam metade e algumas 25\$00.

No TORRÃO, ALJUSTREL, ÉVORA, COUÇO, etc. foram conquistados 40 e 45\$00. Em BROTAS chegou-se aos 46\$00 e em GRÃNDOLA os ceifeiros conquistaram 47\$00.

Em ALDEIA NOVA e VALE DE VARGO a ceifa começou a 30\$00 para os homens e 20\$00 para as mulheres mas depois foram conquistados 35 e 40\$00 e as mulheres 22 e 25\$00. Em Vale de Vargo um rancho de 20 homens, que cavava pés de oliveira para o proprietário José Lopes a 18\$00, reclamou 30\$00 para a ceifa. Quando o patrão, a meio da semana, mandou levar as foices, perguntaram qual o preço. Como ele dissesse que só pagava 27\$00 todos abalaram. Na semana seguinte teve

de pagar os 30\$00, jorna que foi depois seguida por todos os outros ranchos.

Em AVIZ, um agrário, José Braga, recorreu aos agregados para fazer a ceifa. Estes, que ganhavam 20\$00, pediram um pequeno aumento para 22\$00. O patrão não queria ceder, sendo nisso auxiliado pelo manager, mas, por fim, deu mais os dois escudos.

Nesta região de Aviz foram conquistadas as jornas de 36\$00 para os homens e 20 e 25\$00 para as mulheres.

OUTRAS LUTAS DOS OPERÁRIOS AGRÍCOLAS

Em SARILHOS (Montijo) os operários agrícolas recusaram-se a arrancar batata por 40\$00 e reclamaram 70\$00. Como os lavradores não lhes quizessem pagar, os trabalhadores deslocaram-se para o Montijo onde conquistaram 65, 70 e alguns 80\$00.

No ESCOURAL um rancho de 50 mulheres que trabalha nos arrozais do Poço da Rua ganhando 15\$00, pediu 18\$00. Como o patrão não cedesse, largaram o trabalho para abalarem mas ante a sua firmeza o patrão deu os 18\$00.

No COUÇO um rancho de 30 mulheres que ia trabalhar para a herdade das Faias por 27\$00, resolveu não ferrar por menos de 32\$50 que era a jorna de alguns ranchos que também lá trabalhavam. Como o patrão lhes negasse

Olhe. Não é só o pequeno agricultor, mesmo alguns médios agricultores estão arruinados. A «morte lenta» a que nos temos sujeitado levou-nos todas as nossas economias. Actualmente conseguimos manter-nos ainda porque vivemos a crédito.

Mas já está a ver a nossa vida. Temos de aceitar a crédito não só o que necessitamos para a lavra da vinha, do milho, da batata, etc., mas até o nosso sustento. Muitas vezes quem nos empresta são os comerciantes que ao mesmo tempo são armazenistas de vinho ou intermediários dos grandes armazenistas e que nos exigem o depósito do vinho como garantia de pagamento. Mas além de lhes termos, muitas vezes, de vender o vinho por baixo preço, temos de lhes pagar os empréstimos com juros de leão. Repare que sucede, por exemplo, que logo que fazemos a dívida a assentam com mais 10% e, no fim do ano, ao saldá-la, juntam ao total mais 8%!

—Mas isso é verdadeira agiotagem!
 —Pois é, mas onde vamos nós arranjar crédito?
 —Então a Junta Nacional do Vinho não empresta?

(continue na 2ª pág.)

HOMENAGEM Á MEMÓRIA DE CATARINA EUFEMEA

No dia 19 de Maio, em PIAS, um rancho de 55 trabalhadores formou uma grande roda e, tirando o chapéu, fez um minuto de silêncio à memória da nossa querida Catarina Eufemea. Um dos trabalhadores falou sobre o seu exemplo de lutadora.

No mesmo dia, no COUÇO, um rancho de 50 operárias agrícolas fez 2 minutos de silêncio largando o trabalho. Durante mais de meia hora não trocaram uma única palavra, em homenagem à memória de Catarina Eufemea.

essa jorna vieram-se embora. No dia seguinte o lavrador mandou-as ir pelos 32\$50

Nesta terra o alferes da GNR de Coruche está tentando impedir que os operários agrícolas furem à 2ª feira pelas 14 horas e tenham a tarde de sábado livre. Com esse objectivo andam o próprio alferes e o cabo da guarda a avisar os patrões de que serão multados se permitirem ferrar depois do meio-dia. Por outro lado, quando encontram um rancho, procuram intimidar os trabalhadores, ameaçando-os com a repressão. Estes elementos da GNR que tentam, desta forma, arrancar aos trabalhadores direitos que têm já tradições na terra, só criam, com tais atitudes maior inimizade e aparecem aos olhos de todo o povo como seus verdadeiros inimigos.

(continuação da 1.ª pag.)

— A Junta Nacional do Vinho não é um organismo dos pequenos ou médios agricultores. Ela representa e defende os interesses dos grandes armazenistas de vinho.

O senhor conhece certo como a actividade dessa Junta tem sido mascarada mesmo pelos grandes lavradores. Isso sucede porque os armazenistas querem comprar barato e os produtores querem um preço compensador para a sua produção. Dai resultam os choques mesmo entre a Federação dos Grémios da Lavoura, que defende os interesses dos grandes lavradores, e a Junta. Mas, em geral, no fim desses choques eles entendem-se e nós é que ficamos sempre prejudicados.

Já lhe disse o que é a Junta. Na verdade ela financia os produtores de vinho, de acordo com a sua produção e com um juro de 6%. Isto significa que é um financiamento pequeno e muito caro. Além disso somos nós que menos nos servimos dele visto que temos de vender o vinho mais depressa para podermos pagar as dívidas que temos.

Quando chega a colheita, temos a corda na garganta. Os armazenistas sabem-no bem e conseguem comprar o nosso vinho pelo preço da uva mijona.

— Sim, mas a Junta Nacional do Vinho não costuma marcar o preço do vinho, após cada colheita?

— Pois é, a JNV dá a «entrada», isto é, torna público o preço que garante, mas só o faz no fim do ano e até no princípio do outro, exactamente quando os pequenos e muitos médios produtores já venderam o seu vinho.

— Quer dizer que os pequenos e médios agricultores são verdadeiramente enganados pela Junta e são espoliados pelos armazenistas?

— Diz muito bem.

— E como pensam acabar com esse roubo e com essa ruína que se vai apossando de tudo o que possuímos?

— Muitos de nós pensamos que se isto der uma volta a nossa situação há-de melhorar. Sim porque piorar é que já não pode.

— E para isto dar uma volta, como o senhor diz, e para que depois da volta a vossa situação melhore e não fique na mesma, não seria bom os pequenos e médios agricultores juntarem-se, reunirem-se para discutir os seus problemas. Quero eu dizer, não podeis vós, pequenos e médios agricultores, colaborar na luta que a população trava contra a fome e a miséria? Não podeis, ou não deveis vós, pequenos e médios agricultores, unir-vos e lutardes também?

— O senhor tem razão. E repare que em muitos lados nos temos

unido e apresentado as nossas reivindicações. No desmascaramento da Junta todos os produtores se têm, por vezes, unido. Mas há grandes dificuldades em vencer o individualismo de cada um de nós.

— A mim parece-me que, na verdade, sempre que a Federação dos Grémios da Lavoura se levante em defesa de problemas que sejam também vossos, se deve apoiá-la com todas as forças, mas, pelo que me diz, é preciso contar sempre que essa cabeça, a Federação dos Grémios, a certa altura se esconde por já não estar interessada na acção.

Os pequenos e médios agricultores têm de, eles próprios, saber defender os seus interesses. Mais: São eles e mais ninguém os únicos que os sabem defender. A vossa vida de ruína de certo já fez ver a muitos que não é o individualismo que defende os interesses de cada um. Só a unidade e a acção unida pode defender os interesses de cada um, que são os interesses de todos. Porque não procurar formar cooperativas de pequenos e médios produtores que melhor vos possam defender da ganância dos usurários e dos armazenistas de vinho?

— Tudo isso está bem. Na verdade só se lutarmos, conseguiremos crédito barato, um preço compensador para a nossa produção e relações comerciais que permitam que o nosso vinho entre em novos mercados. Só a nossa luta impedirá que continuemos a ser vítimas dum regime que destrói os pequenos e médios agricultores.

CONVERSA COM UM PEQUENO AGRICULTOR DO CONCELHO DE AVIZ

— Então, ti Manel?

— Eu sou Joaquim — respondeu-me amavelmente o pequeno seareiro. — Então vamos lá, sr. Joaquim: Parece que o gado está magro. As muietas parece que andam engripadas.

— Se lhe parece, meu bom amigo. Arrebatam a trabalhar e não comem. Esta é a minha situação e o espelho de toda a minha classe nesta região. A terra que cultivamos é de ruim qualidade. São terras fráguas que os grandes agrários não querem e mesmo assim temos de pagar o quinto e mesmo o quarto.

Este ano tivemos de pagar o adubo mais caro, e, para o apanharmos, tivemos de levantar uma letra que veio logo vencendo juros. Sementes seleccionadas é lá só para os grandes senhores da terra.

Quando os anos são fracos o auxílio que recebemos do Estado é o aumento das contribuições e das ferragens; e para os senhores achados nos grémios e nas câmaras que fazem roubos de centenas de contos, cá estamos nós para pagar as favadas. Aqui há 3 anos o sr. fiel dos armazens empregado no Grémio roubou 100 contos. Pois sabe qual foi o castigo que apanhou? Foi transferido para Colmbra roubar ainda mais e nós tivemos de pagar esse desfalque com mais um imposto de trabalho ficando-se ele a rir de nós.

Quanto às terras de regadio do Maranhão para os arrozais é lá só para os grandes pois qual é o pequeno seareiro que pode pagar 3 contos por cada hectare de terra? Nenhum, claro.

Aqui tem, meu bom amigo, o estado da magreza das minhas muietas, que lhe tenho de faltar com a razão. Se este maldito governo não dá para ai um estorjo, vai isto de mal a pior.

Um camponês de Aviz

A AGRICULTURA EM PORTUGAL NÃO É ORIENTADA COM OS OLHOS POSTOS NO FUTURO

Julgo que qualquer simples trabalhador do campo, como eu, pode ver o que se está passando. Quem percorrer o país só encontrará erros que apesar de já se estarem a fazer sentir, mais se sentirão dentro de alguns anos.

Vemos com frequência plantar eucaliptos em terras especiais para vinha ou olivais, como acontece em terras argilosas das áreas de Santarém até Vila Franca. Vemos serras como a de Montargil onde podiam já estar a desenvolver-se mais de um milhão de pés de oliveira e onde apenas vegetam estevas e dois ou tres milhões de azinheiras com alguns sobreiros lá mistura. Vemos terras como as lezírias do Tejo e do Sorraia, onde se podiam desenvolver bons pomares e grandes searas de trigo, feijão e milho, onde apenas pastam umas centenas de touros e vacas bravas. Ainda se esses pastos alimentassem vacas leiteiras pois tão atrasados estamos na produção de laticínios, mas infelizmente só alimentam cavalos e touros para divertimento dos grandes agrários. Vemos os pequenos camponeses lutarem, no seu bocadinho, para arranjar batatas necessárias para a sua alimentação quando a sua terra se prestava a outras culturas. Vemos grandes charnecas onde, se estivessem limpas, se desenvolveriam sobreiros, mas que só têm mato. Em contrapartida vemos o secretário da Agricultura mandar semear de sobreiros grandes áreas de pouso que se prestariam a outras culturas. Vemos que se fizeram barragens e canais, como por exemplo o canal de rega do vale do Sorraia, que atravessa grandes áreas de terra boa mas que afinal não rega porque os agrários preferem pagar a renda da água sem a gastarem do que darem trabalho ao povo, pois não lhes convém que se arranje muito de comer para que os preços não desçam e as jornas não subam.

Trabalhadores!

São estas as causas de muitas crises de trabalho. Se todas as terras fossem limpas e cada qual para a cultura que melhor se prestasse, não haveria braços que chegassem para fazer tudo. Então os operários agrícolas não saberiam o que eram crises de trabalho e miséria.

Trabalhadores sem terra e camponeses!

Para que isto tenha fim é preciso que nos unamos e nos concentremos nas Casas do Povo e nas Câmaras Municipais com abaixo-assinados onde exijamos que os grandes proprietários sejam obrigados a limpar e a semear as terras e a arrancar as árvores não frutíferas que ficam dentro das áreas abrangidas pelos canais e a cultivarem e a regarem empregando os braços disponíveis.

Só com a unidade e a firmeza de todos é que este estado de coisas se modifica. Se os grandes proprietários não querem cultivar as terras então que sejam entregues aos trabalhadores sem terra para estes a cultivarem.

Um operário agrícola

OUTRO EXEMPLO

No dia 26 de Outubro passado foi assaltado por uma brigada da PIDE e preso na estação do caminho de ferro de Moura, um operário agrícola de Benavila, chamado JOAQUIM DIOGO VELEZ.

Logo que se apercebeu de quem o assaltava, Diogo Velez denunciou-os como os «assassinos da PIDE», de modo a todos que se en-

contravam próximo saberem de quem se tratava. Foi empurrado a murro e a pontapé para dentro dum automóvel, mas, ao passar por Pias, ainda pode gritar contra os seus carrascos que então o esmurraram até lhe rebentarem com os lábios.

Ao chegar à sede da PIDE, em Lisboa, e em resposta às perguntas que lhe faziam, afirmou: «Sobre a minha actividade política não farei declarações nenhuma nem assinarei nada».

Foi torturado pela PIDE com o impedimento de dormir até ao dia 2 de Novembro (7 dias sem dormir) ao mesmo tempo que lhe faziam promessas de um bom emprego em Lisboa, nas colónias ou no estrangeiro, se denunciasse os seus companheiros, se servisse a PIDE, isto é, os inimigos dos trabalhadores.

A sua resposta foi sempre: «Antes queria meter a cabeça debaixo duma pedra que fazer declarações».

Em novos interrogatórios voltaram a impedi-lo de dormir e foi espancado pelo chefe de brigada Rosa Casaco que o insultava continuamente.

A atitude ante a PIDE de Joaquim Diogo Velez é um outro exemplo que mostra bem como se pode e deve comportar um trabalhador ante essa polícia. É essa atitude que deve ser seguida por todos os camponeses.

Para todos os camponeses que se mantêm dignos e defendem a liberdade dos seus companheiros e a causa do nosso povo vai a solidariedade de todos os portugueses. Eles são símbolos que se inscrevem nas nossas bandeiras.

Reforcemos a nossa resistência ante os inimigos divulgando estes exemplos e desmascarando aqueles que traíram.

LEITOR E AMIGO

Foram já distribuídas as listas que publicamos para uma ampla recolha de fundos.

Não queremos deixar de apelar mais uma vez para a ajuda necessária de todos os nossos leitores e amigos.

«O Camponês», como temos dito necessita que o ajudem monetariamente e não basta que todos os seus exemplares sejam vendidos por cinco tostões. É necessária uma ajuda maior.

Estamos certos de que, apesar da difícil situação económica que existe nos campos, os nossos leitores e amigos encontrarão formas de corresponder ao nosso apêlo, quer com uma dádiva especial, quer com uma iniciativa que recolla a solidariedade de outras pessoas.

No próximo número começaremos já a publicar as dádivas inscritas nas nossas listas.

Publicamos já as dádivas inscritas na primeira lista.

(Lista nº 513)

- Amigo..... 2\$50
- Camponês..... 4\$50
- Inácio..... 27\$00
- Um amigo de
- «O Camponês»... 10\$00
- 44\$00

No próximo dia 5 de Outubro faz 50 anos que foi proclamada a República. Essa vitória popular sobre um regime corrupto que impedia o desenvolvimento do país, deve ser comemorada por todos os camponeses.

Numa altura em que o nosso povo sofre uma violenta repressão e exploração dirigida por um governo fascista, a comemoração dessa data deve constituir uma grande Jornada que una todos os portugueses que desejam o progresso da Nação e o bem-estar para o povo.

Formemos, desde já, Comissões para comemorar o 50º aniversário da República.